RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SANTANA DO LIVRAMENTO EM 28.09.2016

Aos 28 dias do mês de setembro de 2016, compareceu à sede da Vara Trabalho de Santana do Livramento o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005325-61.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Titular Déborah Madruga Costa Lunardi, pelo Diretor de Secretaria Laercio Rodrigues Bandeira e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 16.06.1959
Data da última correição realizada: 15.09.2015
Data de Implantação do PJe: 09.10.2015
Jurisdição: Quaraí e Santana do Livramento

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 28.09.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Déborah Madruga Costa Lunardi	Juíza Titular	Desde 06.08.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.09.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara Trabalho de Santana do Livramento, pertence à 99ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação singular.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

1	**Déborah Madruga Costa Lunardi**	**Desde 06.08.14**	**Juíza Titular**	02 anos, 01 mês e 23 dias
2	Eduardo Duarte Elyseu (Juiz Titular da Vara do Trabalho de São Gabriel)	09.02 a 08.03.15	Atuou em razão de férias da Juíza Titular (sem pauta)	30 dias
		23.02 a 29.02.16	Atuou em razão de férias da Juíza Titular (sem pauta)	07 dias
3	Marcos Rafael Pereira Pizino (Juiz do Trabalho Substituto	06.03.15	Atuou em razão de suspeição da Juíza Titular	01 dia
4	Sheila dos Reis Mondin Engel (Juíza do Trabalho Substituta	28.08.15	Atuou em razão de suspeição da Juíza Titular	01 dia
5	Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)	09.12 a 13.12.15	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	05 dias
6	Jaqueline Maria Menta (Juíza do Trabalho Substituta)	14.12 a 20.12.15	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	07 dias
7	Jorge Fernando Xavier de Lima (Juiz do Trabalho Substituto)	10.02 a 21.02.16	Atuou em razão de férias da Juíza Titular (sem pauta	11 dias
		22.02.16	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	01 dia
		01.03 a 10.03.16	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	10 dias
8	Rafael Flach (Juiz do Trabalho Substituto)	09.08.16	Atuou em razão de suspeição da Juíza Titular	01 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.09.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Titular	**Déborah Madruga Costa Lunardi**	Férias	09.02 a 27.02.15	19
		Férias	02.03 a 08.03.15	07
		Férias	19.11 a 11.12.15	23
		Férias	14.12 a 20.12.15	07
		Férias	10.02 a 10.03.16	30

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.09.2016)

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Santana do Livramento				
	Servidor (a)	**Cargo**	**Função**	**Data de Exercício na Unidade Judiciária**
1	Laercio Rodrigues Bandeira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	**Diretor de Secretaria (CJ3)**	09.10.1987
2	Elvenir Peixoto de Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	**Assistente de Juiz Titular (FC05)**	21.08.2014
3	Aline Martins de Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	**Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)**	13.10.2009
4	Lucia Saldanha Nocchi Guerra	Analista Judiciário - Área Judiciária	**Secretário de Audiência (FC03)**	25.02.2008
5	Juan Nunes Machado	Analista Judiciário - Área Administrativa	**Assistente (FC02)**	15.08.2016
6	Nanci Lilian Guedes Fagundes	Técnico Judiciário - Área Administrativa	**Assistente (FC02)**	19.01.1990
7	Walter Bayle Bidart	Analista Judiciário - Área Administrativa	**Assistente (FC02)**	27.06.2005
8	Flavio Antonio da Fontoura Argiles	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	29.06.2009
9	Christiane da Veiga Alves	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	03.12.1993
10	Joao Heleno Milan Kelbouscas	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	11.11.1991
OFJ	Luciano Hossen	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	29.01.2014
OFJ	Marta Loreto Pelaez Covatti	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	15.05.2007

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
762 processos	751 a 1.000	**10 servidores**	9 a 10 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Santana do Livramento está de acordo com os parâmetros previsto nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Laercio Rodrigues Bandeira	Curso ou Evento (CURS)	10	15
	Dispensa Médica (DM)	01	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	04	
Elvenir Peixoto de Oliveira	Curso ou Evento (CURS)	03	03
Aline Martins de Oliveira	Curso ou Evento (CURS)	08	18
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10	
Lucia Saldanha Nocchi Guerra	Curso ou Evento (CURS)	01	15
	Dispensa Médica (DM)	01	

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	04	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREf)	09	
Juan Nunes Machado Desde 15.08.2016*	Prazo para deslocamento (PD)	10	10
Nanci Lilian Guedes Fagundes	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	09	09
Walter Bayle Bidart	Dispensa do Ponto	05	06
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Flavio Antonio da Fontoura Argiles	Dispensa Médica (DM)	01	20
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	08	
	Licença para Tratamento de Saúde- Odonto (LTS)	02	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREf)	09	
Christiane da Veiga Alves	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	06
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREf)	05	
Joao Heleno Milan Kelbouscas	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	20	21
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREf)	01	
Luciano Hossen	Casamento (CASA)	08	24
	Curso ou Evento (CURS)	03	
	Curso Parcial	01	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	12	
Marta Loreto Pelaez Covatti	Curso Parcial	01	01

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.09.2016)
** Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.*

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se que não foram publicadas portarias de greve na Unidade Judiciária em decorrência do movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Joana Cruz Kucharski*	13.04.2015	17.07.2016	01 ano, 03 meses e 05 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
2	Marcio Lemos de Melo*	10.03.2014	12.04.2015	01 ano, 01 mês e 03 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
3	Rosa Betty Chavez Dias	09.04.1990	30.09.2015	25 anos, 05 meses e 22 dias	Aposentadoria
4	Solon Nunes Soares	16.11.1983	01.08.2016	32 anos, 08 meses e 16 dias	Aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.09.2016)
** Os servidores já ocupavam função comissionada de Assistente de Juiz /Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correcionada.*

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Anelise Trindade Machado	Superior em Direito	14.09.2015 a 13.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.09.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL*

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara Trabalho de Santana do Livramento foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 751 a 1.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 751 a 1.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Cachoeira do Sul - 01a Vara	954	1.070	912	978,67
Encantado - 01a Vara	1.122	593	760	825,00
Erechim - 01a Vara	589	904	967	820,00
Erechim - 02a Vara	553	914	963	810,00
Erechim - 03a Vara	971	908	976	951,67
Esteio - 01a Vara	723	779	841	781,00
Esteio - 02a Vara	777	782	887	815,33
Estrela - 01a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Estrela - 02a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Frederico Westphalen - 01a Vara	757	959	926	880,67
Rio Grande - 01a Vara	738	802	1.009	849,67
Rio Grande - 02a Vara	727	858	1.023	869,33
Rio Grande - 03a Vara	820	820	1.083	907,67
Rio Grande - 04a Vara	776	868	1.062	902,00
Santana do Livramento – 01ª Vara	**719**	**812**	**755**	**762,00**
Santa Rosa - 01a Vara	610	727	1.018	785,00
Santa Rosa - 02a Vara	632	694	1.002	776,00
São Borja - 01a Vara	919	787	794	833,33
Sapucaia do Sul - 01a Vara	955	979	1.004	979,33
Sapucaia do Sul - 02a Vara	939	969	1.012	973,33
Soledade - 01a Vara	837	936	821	864,67
Vacaria - 01a Vara	838	970	813	873,67
Unidades com 701 a 1.000 processos por	**17.819**	**18.994**	**20.491**	**868,26**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	789	978	23,95%	938	-4,09%

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Pendentes de finalização na fase de liquidação**	145	123	-15,17%	153	24,39%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.476	1.274	-13,69%	1.498	17,58%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	82	84	2,44%	78	-7,14%
Total	**2.492**	**2.459**	**-1,32%**	**2.667**	**8,46%**

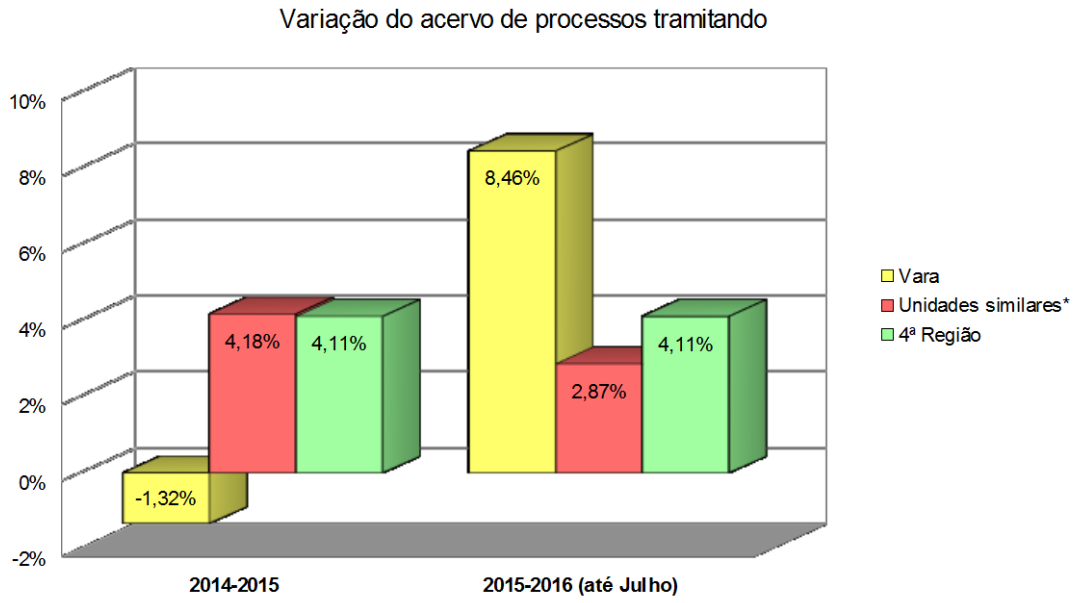
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)
** Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.*
*** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.*
**** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.*

No ano de 2015, houve redução de 33 processos no estoque processual, o que equivale a uma redução de 1,32% no número de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para esse recuo (redução de 202 processos); por sua vez, o acervo de conhecimento foi o único que registrou aumento (189 processos, o que importa em um acréscimo de 23,95%) no período sob análise.

A variação do acervo de processos na Vara Trabalho de Santana do Livramento em 2015 foi qualitativamente superior ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e pela média de toda 4ª Região no período, uma vez que estas apresentaram aumento de 4,18% e 4,11%, respectivamente, no número de processos em tramitação.

Em contrapartida, no período de janeiro a julho de 2016, o estoque de processos tramitando avançou 8,46%, índice acima da média das Unidades com tramitação processual similar e da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Casos novos	812	755	-7,02%	390	-48,34%
Sentenças anuladas/reformadas	12	14	16,67%	5	-64,29%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	631	668	5,86%	362	-45,81%
Processos pendentes de solução	**409**	**504**	**23,23%**	**516**	**2,38%**

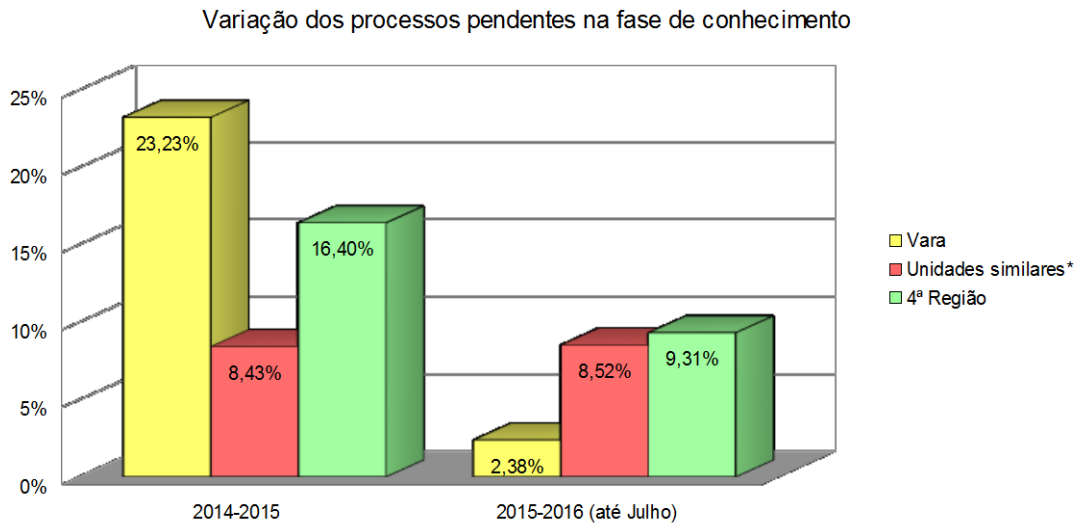
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)
** Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito*

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 23,23% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 409 para 504 processos). Referido aumento foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 8,43% em seus processos pendentes) e à média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal fator para esse aumento do estoque na Unidade foi o número de casos novos ter superado o de processos solucionados no mesmo período em cerca de 87 processos, a despeito de ter havido uma queda de 7,02% no número de novas ações e um aumento de 5,86% no número de processos solucionados.

No entanto, os dados dos sete primeiros meses de 2016 apontam aumento de apenas 2,38% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento, o que traduz uma melhora nesse quesito. Esse índice foi inferior

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

tanto à média das unidades com tramitação processual similar (aumento de 8,52%), quanto à média de toda a 4ª Região no período (elevação de 9,31%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (49,21%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve a aumento de 79,31% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	**2015**	**Variação 2014-2015**	**2016 (até 31.07)**	**Variação 2015-2016**
Aguardando 1ª sessão de audiência	103	162	57,28%	166	2,47%
Aguardando encerramento da instrução	199	248	24,62%	239	-3,63%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	78	42	-46,15%	54	28,57%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	29	52	79,31%	57	9,62%
TOTAL	**409**	**504**	**23,23%**	**516**	**2,38%**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Santana do Livramento – 01ª Vara	77,71%	88,48%	13,86%	92,82%	4,91%
Unidades similares*	88,89%	92,94%	4,56%	88,75%	-4,51%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,32%	0,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)
** Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]*

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 88,48% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 13,86% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 4,46 e 0,63 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até31.07)	Variação 2015-2016
Santana do Livramento – 01ª Vara	59,98%	57,39%	-4,32%	40,49%	-29,44%
Unidades similares*	63,53%	66,05%	3,96%	52,69%	-20,22%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	42,14%	-23,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)
*** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]*

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados Vara Trabalho de Santana do Livramento foi de 57,39% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 4,32% inferior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 8,66 pontos percentuais, mas superou a média de toda a 4ª Região em 2,19 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 31.07)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	323	51,19	342	51,2	126	34,81
	Julgado procedente	8	1,27	3	0,45	7	1,93
	Julgado procedente em parte	199	31,54	140	20,96	130	35,91
	Julgado improcedente	21	3,33	46	6,89	47	12,98
	Extinto	1	0,16	11	1,65	3	0,83

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	***552***	***87,48***	***542***	***81,14***	***313***	***86,46***
Sem exame de mérito	**Extinto**	31	4,91	46	6,89	20	5,52
	Arquivamento (art. 844 CLT)	19	3,01	26	3,89	13	3,59
	Desistência	16	2,54	18	2,69	4	1,1
	Outras decisões	13	2,06	36	5,39	12	3,31
	SUBTOTAL	***79***	***12,52***	***126***	***18,86***	***49***	***13,54***
TOTAL		**631**	**100**	**668**	**100**	**362**	**100**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

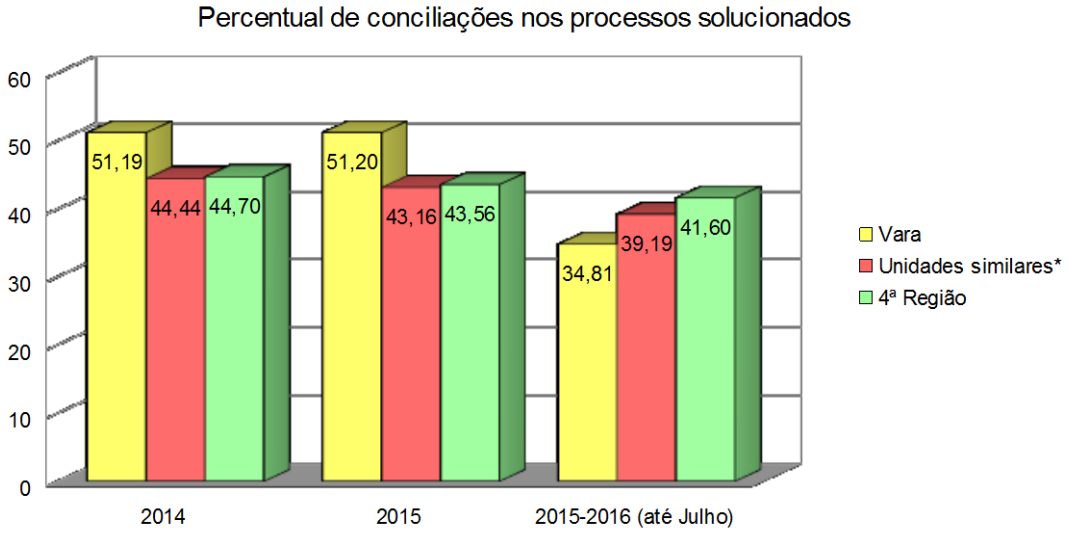
Verificou-se aumento de 37 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 5,86%. Ainda assim, essa elevação ficou abaixo do desempenho das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 12,80% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) e aquém da média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,13% no número de processos solucionados.

Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 229 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de apenas 200 decisões, representando uma redução de 12,66%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, de aumento de 12,48%, bem como da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, de crescimento de 7,56%.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra uma estabilidade no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 323, representando 51,19% dos processos solucionados. Em 2015, o número total de conciliações subiu para 342, correspondendo a 51,2% das soluções na fase de conhecimento – índice superior à média das unidades similares à correcionada, que foi de 43,16%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue.

Por fim, constata-se que entre janeiro e julho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento caiu para 34,81%, resultado abaixo da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

Liquidações					
	2014	**2015**	**Variação 2014-2015**	**2016 (até 31.07)**	**Variação 2015-2016**
Iniciadas	218	128	-41,28%	113	-11,72%
Encerradas	192	147	-23,44%	85	-42,18%
Pendentes	**143**	**118**	**-17,48%**	**147**	**24,58%**
Arquivo Provisório	18	18	0,00%	18	0,00%

(*Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)*

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 143, em 2014, para 118, em 2015, importando em uma queda de 17,48%. Esse desempenho foi melhor que a variação da média das demais unidades com tramitação processual similar, cujo decréscimo foi de 6,17%, bem como ficou abaixo da variação da média de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88%.

Um dos principais motivos dessa queda foi a circunstância de o número de liquidações encerradas ter superado o número de liquidações iniciadas no mesmo período, em 19 processos.

Nos sete primeiros meses de 2016, houve avanço de 29 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 2015 - o que corresponde a um aumento de 24,58%, índice qualitativamente muito inferior ao das unidades similares à correcionada e à média regional de 2015, que apresentaram recuo de 4,64% e 4,99% no período, respectivamente, conforme explicitado no gráfico que segue:

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Variação dos processos pendentes na fase de liquidação		
	2014-2015	**2015-2016 (até 31de julho)**
Santana do Livramento – 01ª Vara	-17,48%	24,58%
Unidades similares*	-6,17%	-4,64%
TRT4 - 1ª Instância	5,88%	-4,99%

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	**2015**	**Variação 2014-2015**	**2016 (até 31.07)**	**Variação 2015-2016**
Santana do Livramento – 01ª Vara	88,07%	114,84%	30,40%	75,22%	-34,50%
Unidades similares*	93,49%	93,92%	0,46%	94,15%	0,25%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	93,01%	5,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)
** Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]*

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 114,84% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 30,4% em relação ao índice do ano anterior. Por outro lado, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 20,92 e 26,41 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	**2015**	**Variação 2014-2015**	**2016 (até 31.07)**	**Variação 2015-2016**
Santana do Livramento - 01a Vara	56,14%	54,24%	-3,38%	36,80%	-32,16%
Unidades similares*	60,69%	62,29%	2,62%	54,04%	-13,24%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	45,97%	-15,36%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)
*** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]*

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara Trabalho de Santana do Livramento em 2015 foi de 54,24% do número total de liquidações a encerrar – resultado 3,38% inferior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em cerca de 8,05 pontos percentuais, mas foi similar ao desempenho médio geral do TRT4.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

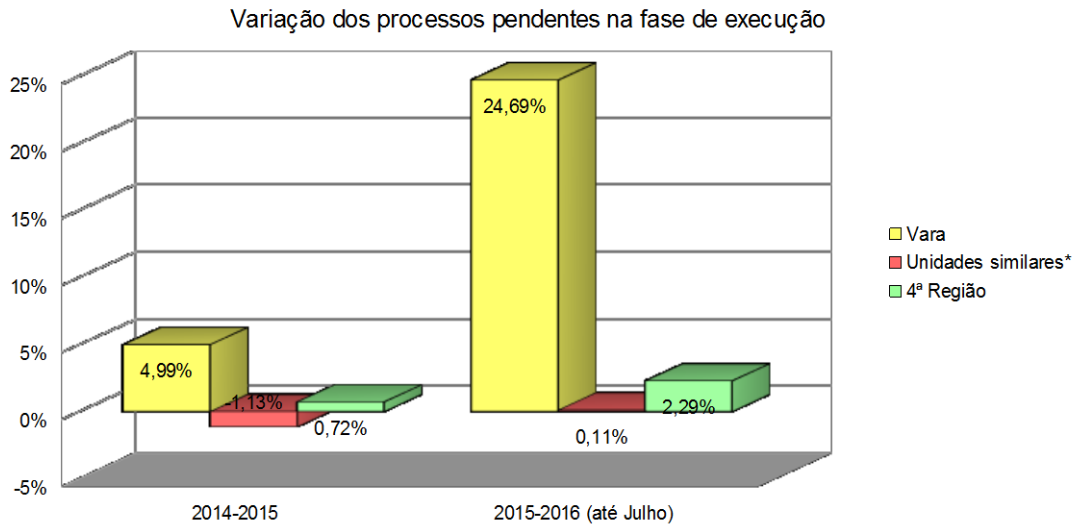
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Entrada	**Iniciadas**	295	252	-14,58%	116	-53,97%
	Desarquivadas para prosseguimento	857	356	-58,46%	6	-98,31%
Saídas	**Encerradas**	364	245	-32,69%	67	-72,65%
	Arquivadas Provisoriamente	80	58	-27,50%	47	-18,97%
Pendentes	**Exclusivamente crédito previdenciário**	48	41	-14,58%	31	-24,39%
	Demais	654	696	6,42%	888	27,59%
	Total	**702**	**737**	**4,99%**	**919**	**24,69%**
Saldo no arquivo Provisório		954	656	-31,24%	697	6,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na Vara Trabalho de Santana do Livramento subiu de 702 para 737 processos, o que corresponde a um avanço de 4,99% em relação ao ano anterior. Esse índice mostrou-se qualitativamente inferior ao resultado das unidades de porte semelhante, que apresentaram redução de 1,13% no número de processo da fase de execução, e que a média registrada em toda a 4ª Região no período em questão, em que houve crescimento de apenas 0,72% no acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi o crescimento no número de execuções pendentes, categoria “Demais” (variação de 35).

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a julho de 2016 apontam aumento de 24,69% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado novamente bastante inferior, qualitativamente, ao apresentado pelas unidades similares e pelo regional como um todo no mesmo período, em que houve crescimento de 0,11% e 2,29%, respectivamente.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Santana do Livramento – 01ª Vara	123,39%	97,22%	-21,21%	57,76%	-40,59%
Unidades similares*	101,01%	73,58%	-27,16%	60,55%	-17,70%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	70,07%	-12,45%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)
** Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]*

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 97,22% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 21,21% em relação ao índice do ano anterior. No entanto, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 23,64 e 17,19 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Santana do Livramento – 01ª Vara	13,12%	12,84%	-2,14%	4,44%	-65,42%
Unidades similares*	18,32%	16,44%	-10,26%	10,24%	-37,73%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	10,23%	-33,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

*** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]*

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas Vara Trabalho de Santana do Livramento em 2015 foi de 12,84% do número total de execuções a encerrar – resultado 2,14% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 3,60 e 2,55 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	**2015**	**Variação 2014-2015**	**2016 (até 31.07)**	**Variação 2015-2016**
Processos com inclusão de devedor no BNDT	215	124	-42,33%	38	-69,35%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	137	124	-9,49%	27	-78,23%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	**1.862**	**1.842**	**-1,07%**	**2.008**	**9,01%**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara Trabalho de Santana do Livramento, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2015 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.07.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **8 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, conforme relação abaixo:

1	**Processo nº 0000013-44.2014.5.04.0851**
Em 19-4-2016 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Vanoli Cuña Martins permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

2	**Processo nº 0000020-02.2015.5.04.0851**
Em 26-2-2016 foi lançado o andamento "arquivado definitivamente". No entanto, a executada Ethos Gestão de Pessoas Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação "sem garantia total do juízo".	
3	**Processo nº 0000182-31.2014.5.04.0851**
Em 26-8-2016 foi lançado o andamento "arquivado definitivamente". No entanto, o executado Flávio Menuzzi permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação "sem garantia total do juízo".	
4	**Processo nº 0000190-08.2014.5.04.0851**
Em 23-2-2016 foi lançado o andamento "arquivado definitivamente". No entanto, o executado Paulo Roberto Dutra permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação "sem garantia total do juízo".	
5	**Processo nº 0000328-09.2013.5.04.0851**
Em 3-5-2016 foram lançados os andamentos "extinta a execução" e "arquivado definitivamente". No entanto, a executada Silvia Rosas Olivelli permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação "sem garantia total do juízo".	
6	**Processo nº 0000499-34.2011.5.04.0851**
Em 26-8-2015 foi lançado o andamento "arquivado definitivamente". No entanto, o executado Clube Campestre de Sant'ana do Livramento permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação "sem garantia total do juízo".	
7	**Processo nº 0000676-61.2012.5.04.0851**
Em 11-9-2015 foram lançados os andamentos "extinta a execução" e "arquivado definitivamente". No entanto, as executadas H D Pereira Cuna –FI e Henri Daniel Pereira Cuna permanecem inscritas junto ao BNDT, ambas atualmente com a informação "sem garantia total do juízo".	
8	**Processo nº 0005500-49.2001.5.04.0851**
Em 9-9-2015 foi lançado o andamento "arquivado definitivamente". No entanto, o executado Banco do Brasil S/A permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação "com garantia total do juízo".	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.09.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.07)		
	Rece-bidos	Julga dos	Pen-dentes	Rece-bidos	Julga dos	Pen-dentes	Rece-bidos	Julga dos	Pen-dentes
Embargos de declaração	73	73	11	51	34	28	36	48	16
Antecipações de tutela	155	157	6	98	97	7	31	4	3

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Impugnações à sentença de liquidação	0	0	0	3	0	3	1	1	1
Embargos à execução	33	27	20	25	25	20	13	17	16
Embargos à arrematação	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	5	7	1	4	3	2	3	3	0
TOTAL	**266**	**267**	**38**	**182**	**160**	**60**	**84**	**73**	**36**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 182 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma queda de 31,58% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 40,07% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 267 para 160 processos; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão subiu de 38 em 2014 para 60 processos em 2015(aumento de 57,89%). Destaca-se, por fim, que em 31.07.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 36 processos, saldo 40% inferior ao do final de 2015. Os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes ainda pendentes (44,44%).

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	**Processo 0000574-34.2015.5.04.0851**
A reclamada apresentou, junto com sua petição inicial, em 25-8-2015, pedido de **antecipação dos efeitos da tutela**. Em 2-9-2015 o pedido foi deferido, por meio de simples despacho. Assim, sem que tenha sido dada a correta solução ao incidente, permanece a pendência junto ao sistema E-Gestão.	
2	**Processo nº 0000610-52.2010.5.04.0851**
Apresentados **Embargos à execução/penhora** pela reclamada, em 25-3-2015, a manifestação não foi recebida, por intempestiva, por meio de simples despacho. No entanto, sem que tenha sido dada a correta conclusão e solução ao incidente, permanece a pendência junto ao sistema e-gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.09.2016

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	**2015**	**Variação 2014-2015**	**2016 (até 31.07)**	**Variação 2015-2016**
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	**Média Sumaríssimo**	68,78	94,88	37,94%	181,79	91,60%
	Média Ordinário	145,45	224,84	54,59%	273,59	21,68%
	Média Geral	**135,94**	**201,67**	**48,36%**	**256,07**	**26,97%**

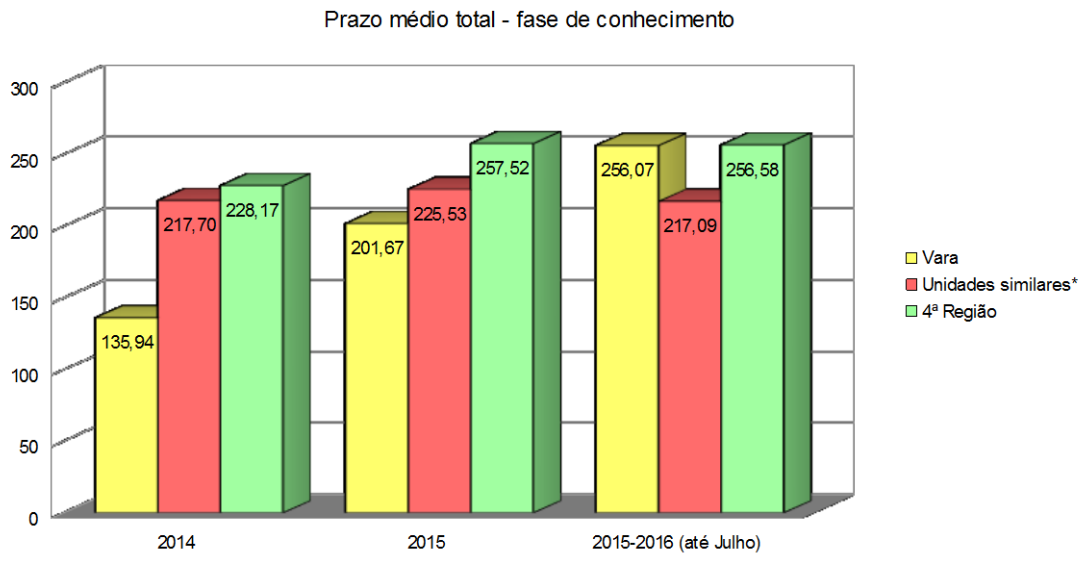
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

No ano de 2015, o prazo médio geral decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara Trabalho de Santana do Livramento apresentou uma elevação de 48,36%, passando de 135,94 para 201,67 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 37,94% em relação à média do ano anterior, passando de 68,78 para 94,88 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 224,84 dias, 54,59% maior na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e julho de 2016 apontam nova elevação nos prazos, de 26,97% no prazo médio geral de tramitação na fase de conhecimento, que totalizou 256,07 dias ao final do referido mês.

A despeito disso, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 10,58% menor (23,86 dias) que o prazo médio das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 21,69% menor (55,84 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4, reduzindo diferença verificada no ano de 2014.

Todavia, os dados dos primeiros sete meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento apresentou elevação de 26,97%, ficando 17,95% (38,97 dias) maior do que aquele apurado das demais Unidades Similares, ainda que equivalente ao prazo médio de toda a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

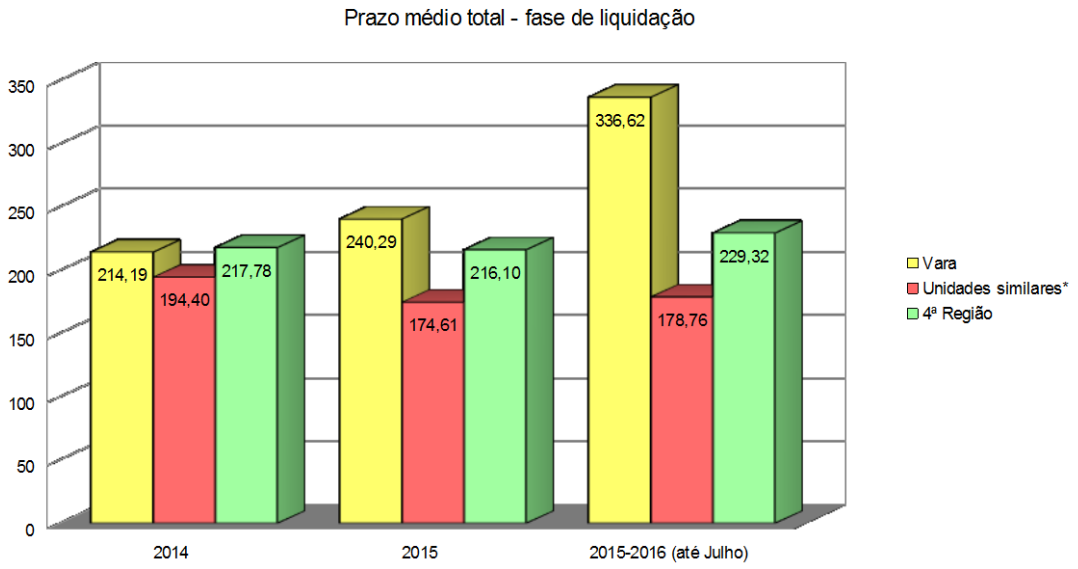
Prazos médios (em dias)						
		2014	**2015**	**Variação 2014-2015**	**2016 (até 31.07)**	**Variação 2015-2016**
Do início ao encerramento da liquidação	**Média Sumaríssimo**	203,03	194,67	-4,12%	223,13	14,62%
	Média Ordinário	216,96	248,41	14,49%	351,26	41,40%
	Média Geral	**214,19**	**240,29**	**12,18%**	**336,62**	**40,09%**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 194,67 dias, o que equivale a uma queda de 4,12% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 248,41 dias, 14,5% acima daquele verificado no ano de 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a julho, apontam uma tendência de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

Com a elevação registrada, o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 ficou 37,62% (65,68 dias) acima do prazo de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 11,20% (24,19 dias) acima da média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a julho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 88,31% mais longo (157,86 dias) que o das demais Unidades Similares e 46,79% maior (107,3) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	**2015**	**Variação 2014-2015**	**2016 (até 31.07)**	**Variação 2015-2016**
Do início ao encerramento da execução	**Média Ente privado**	705,85	560,23	-20,63%	327,93	-41,46%
	Média Ente público	1.491,44	706,57	-52,62%	352,14	-50,16%
	Média Geral	**892,89**	**567,10**	**-36,49%**	**331,39**	**-41,56%**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 705,85 dias, em 2014, para 560,23 dias, em 2015. Entre janeiro e julho de 2016, da mesma forma, a média diminuiu para 327,93 dias, prazo 41,46% menor que o do período anterior.

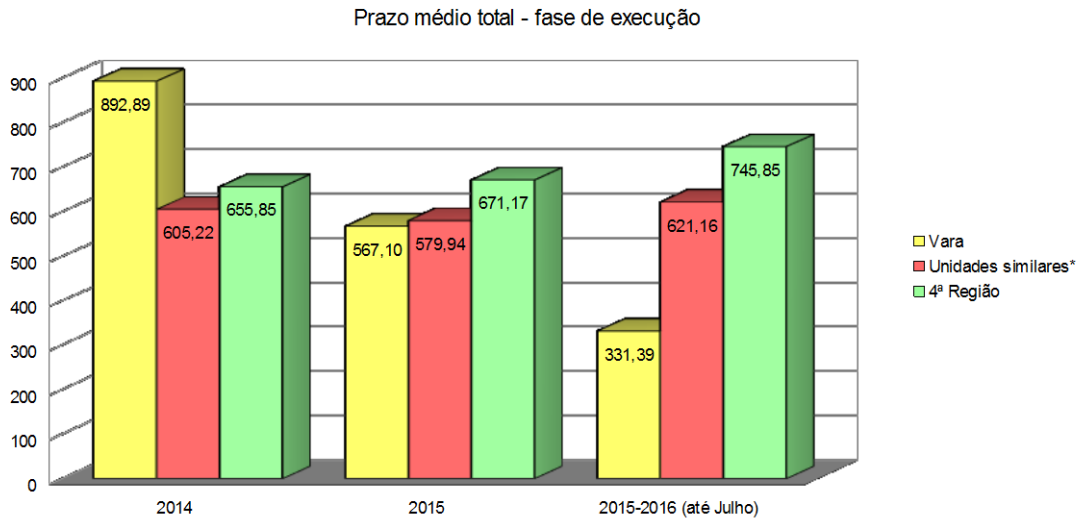
Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 1.491,44 dias, em 2014, para 706,57, em 2015. Outrossim, nos primeiros 07 meses de 2016, o lapso de tramitação apresentou novo recuo para 352,14 dias, que equivale a uma redução de 50,16% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara Trabalho de Santana do Livramento, em 2015, foi 2,21% menor (12,84 dias) que o prazo das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 15,51% menor (104,07 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que tal desempenho foi bastante superior àquele verificado em 2014, quando as médias processuais na Unidade foram maiores que a das demais

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

unidades de mesma faixa de movimentação processual e da média geral de todo o TRT4.

Finalmente, verifica-se que nesses sete primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade sofreu nova queda, ficando 46,65% menor (289,77 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 55,57% menor (414,46 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente".

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	**Solucionados até 31.12.2015**	**%**	**Resultado**
755	668	**88,48%**	**Meta não cumprida**

5.1.2 Meta 2: "Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013".

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	**Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015**	**%**	**Resultado**
239	230	**96,23%**	**Meta cumprida**

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

5.1.3 Meta 5: "Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução".

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	**Execuções baixadas* em 2015**	**Grau de Cumprimento**	**Resultado**
251	512	**203,98%**	**Meta cumprida**

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: "Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau".

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	**Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015**	**Grau de cumprimento**	**Resultado**
2	1	**50,00%**	**Meta não cumprida**

5.1.5 Meta 7: "Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior".

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	8	16
Estado do Rio Grande do Sul	4	6
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	4	1
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	3	7
União	20	1
OI S.A.	3	5
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	18	0
Caixa Econômica Federal - CEF	8	15
Banco do Brasil S.A.	12	6
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
80	57	**-28,75%**	**Meta cumprida**

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:
a) "Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014".

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	**Prazo médio na Unidade em 2014**	**Prazo médio da Unidade em 2015**	**Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015**	**Resultado**
228,17	135,94	201,67	**134,58**	**Meta não cumprida**

b) "Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014".

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	**2014**	**Média 2013/2014**	**2015**	**Meta para 2015**	**Resultado**
Total de acordos	315	323	319	342	**323**	**Meta cumprida**

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente".

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2016	**Solucionados até 31/07/2016**	**%**	**Resultado parcial (até 31.07)**
390	362	**92,82%**	**Indicativo de não cumprimento da meta**

5.2.2 Meta 2: "Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014".

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	**Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.07**	**%**	**Resultado parcial (até 31.07)**

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

405	371	**91,60 %**	**Meta já cumprida**

5.2.3 Meta 3: "Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014".

META 3/2016 CNJ						
	2013	**2014**	**Média 2013/2014**	**2016 (até 31.07)**	**Meta para 2016**	**Resultado parcial (até 31.07)**
Total de acordos	315	323	319	126	**326**	**Indicativo de não cumprimento da meta**
Média mensal de acordos	26,25	26,92	26,58	18,00	**27,17**	

5.2.4 Meta 5: "Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução".

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	**Execuções baixadas* em 2016 (até 31.07)**	**Grau de Cumprimento**	**Resultado parcial (até 31.07)**
116	78	**67,24%**	**Indicativo de não cumprimento da meta**

** Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.*

5.2.5 Meta 6: "Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau".

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	**Resultado**
0	**Meta já cumprida**

5.2.6 Meta 7: "Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior".

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	**Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015**	**Acervo de processos tramitando em 31.05.2016**

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Wms Supermercados do Brasil Ltda.	16	14
União	1	1
Estado do Rio Grande do Sul	6	10
Caixa Econômica Federal - CEF	15	3
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	7	9
OI S.A.	5	15
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	5	2
Claro S.A.	2	3
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1	10

Total em 2015	Total em 2016 (até 31.03)	Percentual atingido	Resultado
58	67	**15,52%**	**Indicativo de não cumprimento da meta**

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências às terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde, semana sim, semana não. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã		8-10 (I) 4(P)	8-10 (I) 4(P)	8-10 (I) 4(P)	
Tarde		8-10 (I) 4(P)	8-10 (I) 4(P)	8-10 (I) 4(P)	

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 28.09.2016)
Legenda:
I – Audiências iniciais de rito ordinário
U – Audiências unas de rito sumaríssimo
P – Audiências de prosseguimento
CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

** Há poucas ações ajuizadas pelo rito sumaríssimo, razão pela qual não há pauta específica para tais processos.*
***Todas as ações têm audiência inicial e são disponibilizadas no sistema.*

6.2 PAUTAS LIVRES

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	08.11.2016		24.01.2017	
Una Sumaríssimo				
Instrução	09.11.2016		24.01.2017	
Tentativa de acordo em execução				

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 28.09.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	42,57	53,76	26,27%	73,02	35,83%
	Média Ordinário	54,65	61,22	12,02%	83,99	37,19%
	Média Geral	**52,76**	**59,81**	**13,35%**	**82,24**	**37,51%**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo sofreu elevação de 42,57 dias, em 2014, para 53,76 dias, em 2015 (aumento de 26,27%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 54,65 dias, em 2014, para 61,22 dias, em 2015 (elevação de 12%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a julho, apontam elevação de 35,83% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 37,19% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas de iniciais efetivamente disponíveis confirmam o prazo médio apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)				
2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	**Média Sumaríssimo**	23,66	64,97	174,61%	48,80	-24,89%
	Média Ordinário	96,62	162,93	68,62%	102,36	-37,17%
	Média Geral	**85,67**	**148,8**	**73,70%**	**91,98**	**-38,19%**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessárias, tiveram o prazo elevado de 23,66 dias, em 2014, para 64,97 dias, em 2015 (aumento de 174,61%). Da mesma forma, o rito ordinário registrou aumento da média de 96,62 dias em 2014, para 162,93 dias, em 2015 (avanço de 73,7%). Os dados colhidos até julho de 2016 indicam redução dos prazos, tanto nos processos distribuídos pelo rito sumaríssimo quanto nos processos distribuídos pelo rito ordinário.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas de prosseguimento efetivamente disponíveis confirmam o prazo médio apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	**Inicial**	**Instrução**	**Una**	**Conciliação**	**TOTAL**
Déborah Madruga Costa Lunardi	588	320	119	2	**1.029**
Edenir Barbosa Domingos	33	11	1	0	**45**
Jaqueline Maria Menta	7	5	1	0	**13**
Marcos Rafael Pereira Pizino	0	1	0	0	**1**
Sheila Dos Reis Mondin Engel	7	0	0	0	**7**
TOTAL	**635**	**337**	**121**	**2**	**1.095**

2016 (até 31.07)					
Juiz (a)	**Inicial**	**Instrução**	**Una**	**Conciliação**	**TOTAL**
Déborah Madruga Costa Lunardi	304	149	70	0	**523**
Jorge Fernando Xavier de Lima	38	6	2	0	**46**
TOTAL	**342**	**155**	**72**	**0**	**569**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conci-liações	**Julgados**	**Outras decisões**	**TOTAL**	**TOTAL**	
Déborah Madruga Costa Lunardi	307	172	10	489	119	**608**
Edenir Barbosa Domingos	19	1	0	20	1	**21**
Eduardo Duarte Elyseu	2	0	0	2	2	**4**
Jaqueline Maria Menta	10	2	1	13	3	**16**
Jorge Fernando Xavier de Lima	2	1	0	3	-	**3**
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	12	0	12	-	**12**
Marcos Rafael Pereira Pizino	-	1	0	1	-	**1**
Sheila Dos Reis Mondin Engel	2	0	0	2	1	**3**
TOTAL	**342**	**189**	**11**	**542**	**126**	**668**

2016 (até 31.07)						
Juiz (a)	**Com exame de mérito**				**Sem exame de mérito**	**Total de processos solucionados**
	Conci-liações	**Julgados**	**Outras decisões**	**TOTAL**	**TOTAL**	
Déborah Madruga Costa Lunardi	113	151	3	267	43	**310**
Edenir Barbosa Domingos	-	8	0	8	-	**8**
Eduardo Batista Vargas	-	0	0	0	2	**2**
Eduardo Duarte Elyseu	-	1	0	1	-	**1**
Jorge Fernando Xavier De Lima	13	23	0	36	4	**40**
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	1	0	1	-	**1**
TOTAL	**126**	**184**	**3**	**313**	**49**	**362**

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.09.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi	Processos de Cognição	74
Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi	Embargos de declaração	05
Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi	Impugnações à sentença de liquidação	01
Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi	Embargos à execução	02
Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi	Exceções de Pré-executividade	01
Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi	Exceções de incompetência	01
Juíza Sheila Dos Reis Mondin Engel	Processos de Cognição	01
Juíza Jaqueline Maria Menta	Processos de Cognição	07
Total: 92 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 21.09.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da correição: 09.08.2016)
** A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.*

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

As notificações e os ofícios são expedidos em até 48 horas da assinatura do despacho, pelo servidor que o minutou.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

Mandados, autorizações judiciais, precatórios e RPVs são expedidos em até 10 dias após assinatura do despacho.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Alvarás têm prioridade e são expedidos diariamente. Se necessário, quando a Juíza não se encontra na Vara, são feitos no módulo do InFor que permite assinatura eletrônica.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A unidade recebe por dia, em média, entre 20 e 30 petições nos processos físicos e entre 15 e 20 nos eletrônicos. São despachados, em média, em uma

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

semana No dia da inspeção estava sendo despachado o protocolo de 23.09.2016 nos processos físicos e de 21.09.2016 nos processos eletrônicos.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da correição estava sendo certificado o prazo de 10.09.2016, nos processos físicos, e de 24.09.2016, nos processos eletrônicos.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de processos ao TRT semanalmente.

7.7 CONVÊNIOS

A Vara utiliza, ordinariamente, os convênios BacenJud, Renajud e Infojud. Os demais, somente se requeridos pela parte.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Os processos são arquivados diariamente. Os lotes são montados quando há quantidade suficiente de processos.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade tem algumas execuções reunidas.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição dos devedores no cadastro é feita após a utilização de todos os convênios. Ocorre a retirada depois do pagamento, no despacho que libera os alvarás.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000754-21.2013.5.04.0851	28.10.2015
2	0000242-43.2010.5.04.0851	15.04.2016
3	0077500-28.1993.5.04.0851	20.05.2016
4	0000780-19.2013.5.04.0851	25.07.2016
5	0001087-60.2012.5.04.0801	29.07.2016
6	0000246-75.2013.5.04.0851	29.07.2016
7	0030900-26.2005.5.04.0851	01.08.2016
8	0000382-38.2014.5.04.0851	02.08.2016
9	0043200-88.2003.5.04.0851	03.08.2016
10	0031600-41.2001.5.04.0851	08.08.2016
11	0000012-93.2013.5.04.0851	12.08.2016

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

12	0000370-87.2015.5.04.0851	15.08.2016
13	0000020-36.2014.5.04.0851	23.08.2016
14	0000636-45.2013.5.04.0851	02.09.2016
15	0000635-94.2012.5.04.0851	05.09.2016
16	0004300-02.2004.5.04.0851	05.09.2016
17	0048100-12.2006.5.04.0851	09.09.2016
18	0000497-93.2013.5.04.0851	09.09.2016
19	0000435-19.2014.5.04.0851	09.09.2016
20	0000787-74.2014.5.04.0851	09.09.2016
21	0000443-30.2013.5.04.0851	09.09.2016
22	0000496-40.2015.5.04.0851	09.09.2016
23	0126200-10.2008.5.04.0851	09.09.2016
24	0000490-72.2011.5.04.0851	09.09.2016
25	0000513-13.2014.5.04.0851	09.09.2016
26	0000325-88.2012.5.04.0851	09.09.2016
27	0000569-85.2010.5.04.0851	09.09.2016
28	0000051-22.2015.5.04.0851	09.09.2016
29	0000627-20.2012.5.04.0851	09.09.2016
30	0000628-05.2012.5.04.0851	09.09.2016
31	0000629-53.2013.5.04.0851	09.09.2016
32	0000630-38.2013.5.04.0851	09.09.2016
33	0000627-83.2013.5.04.0851	09.09.2016
34	0000625-16.2013.5.04.0851	09.09.2016
35	0000784-22.2014.5.04.0851	09.09.2016
36	0000720-17.2011.5.04.0851	09.09.2016
37	0000786-89.2014.5.04.0851	09.09.2016
38	0000785-07.2014.5.04.0851	09.09.2016
39	0000238-98.2013.5.04.0851	09.09.2016
40	0000600-03.2013.5.04.0851	12.09.2016
41	0000008-22.2014.5.04.0851	12.09.2016
42	0000007-37.2014.5.04.0851	12.09.2016
43	0000009-07.2014.5.04.0851	13.09.2016
44	0000096-26.2015.5.04.0851	14.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.09.2016)

**Constam, ainda, da listagem de cargas com prazo vencido outros 20 processos retirados em carga pela Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional no ano de 2015 e que ainda não foram devolvidos à Unidade Judiciária.*

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000111-29.2014.5.04.0851	25.08.2016
2	0000715-24.2013.5.04.0851	25.08.2016
3	0000609-62.2013.5.04.0851	30.06.2016
4	0000468-72.2015.5.04.0851	30.06.2016
5	0000533-09.2011.5.04.0851	04.07.2016
6	0000199-33.2015.5.04.0851	07.07.2016
7	0000510-58.2014.5.04.0851	22.08.2016
8	0000684-33.2015.5.04.0851	04.09.2016
9	0000452-21.2015.5.04.0851	04.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.09.2016)

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	851-00228/16	0000228-20.2014.5.04.0851	30.05.2016
2	851-00304/16	0000007-66.2016.5.04.0851	30.06.2016
3	851-00292/16	0000020-36.2014.5.04.0851	13.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.09.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 22.09.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou 591 processos. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000265-18.2012.5.04.0851
Fase: Execução	

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 4204v não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls.212-3) que acompanham o recurso ordinário da reclamada (art. 101 da CPCR)

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 216v não especifica o tipo de manifestação da parte (contrarrazões de recurso), conforme determina o art. 101 da CPCR.

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 251v não especifica o tipo de manifestação da parte (cálculos de liquidação), conforme determina o art. 101 da CPCR.

Ordem cronológica de juntada: documento juntado sem respeito à ordem cronológica de apresentação (fl. 276) - art. 67 da CPCR.

Ordem cronológica de juntada: documento juntado sem respeito à ordem cronológica de apresentação (fl. 308)- art. 67 da CPCR.

Movimentação Processual: nada a apontar.

2 Processo nº 0000385-95.2011.5.04.0851

Fase: Execução
Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar.

3 Processo nº 0000090-87.2013.5.04.0851

Fase: Execução
Aspectos Gerais dos autos: Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 28v) (Art. 71 da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.

4 Processo nº 0000070-96.2013.5.04.0851

Fase: Execução
Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 107v não especifica o tipo de manifestação da parte (cálculos de liquidação), conforme determina o art. 101 da CPCR.

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 123v não menciona os documentos que acompanham a petição da reclamada.

Movimentação Processual: nada a apontar.

5 Processo nº 0000352-03.2014.5.04.0851

Fase: Execução
Aspectos Gerais dos autos: Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados à fl. 168v sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCR)

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 198v não menciona a juntada de estabelecimento, que acompanha a petição da reclamante. Art. 101, parágrafo único, da CPCR.

Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 206v não especifica a apresentação dos cálculos de liquidação pelo perito contábil. Art. 101, parágrafo único, da CPCR.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Ausência de termo de conclusão ao Magistrado: ausência de termo de conclusão para análise dos cálculos apresentados às fls. 229-234.

Movimentação Processual: nada a apontar.

6	Processo nº 0000449-03.2014.5.04.0851

Fase: Conhecimento
Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 65v não especifica o tipo de manifestação (recurso ordinário) - Art. 101, parágrafo único, da CPCR.

Movimentação Processual: nada a apontar.

7	Processo nº 0000017-81.2014.5.04.0851

Fase: Execução
Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 198v não menciona o tipo de manifestação da parte (embargos à execução) nem o documento que a acompanha (substabelecimento). Art. 101, parágrafo único, da CPCR.

Certidão de publicação de sentença: ausência de certidão da sentença publicada em secretaria (fls. 79-86), nos termos do art. 97 da CPCR.

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 89v não menciona o documento que acompanha a petição do reclamante (substabelecimento). Art. 101, parágrafo único, da CPCR.

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 91v não menciona o tipo de manifestação da parte (agravo de petição). Art. 101, parágrafo único, da CPCR.
Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 124v não especifica o tipo de manifestação da parte (acordo). Art. 101, parágrafo único, da CPCR.

Movimentação Processual: demora no impulso processual. Decorrido o prazo da executada em 23-11-2015, o que fora certificado nos autos em 30-11-2015 (fl. 121), permaneceram os autos sem qualquer movimentação até o dia 11-3-2016, o que configura excessiva demora no impulso processual.

8	Processo nº 0000456-58.2015.5.04.0851

Fase: Conhecimento
Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.
Movimentação Processual: nada a apontar.

9	Processo nº 0000024-15.2010.5.04.0851

Fase: Execução
Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.
Movimentação Processual: nada a apontar.

10	Processo nº 0000225-65.2014.5.04.0851

Fase: Execução
Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.
Movimentação Processual: nada a apontar.

** Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correcionado, em janeiro de 2015.*

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 22.09.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0140300-04.2007.5.04.0851	
Situação do processo em andamento interno – Processos Exemplos:	
0000367-35.2015.5.04.0851	0016100-22.2007.5.04.0851
Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0000445-29.2015.5.04.0851	0000446-14.2015.5.04.0851
0000447-96.2015.5.04.0851	
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0000302-79.2011.5.04.0851	0000566-28.2013.5.04.0851
0044600-35.2006.5.04.0851	7014000-24.1997.5.04.0851
Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:	
0000152-93.2014.5.04.0851	

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correcionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria, ocorre a liberação do depósito recursal de ofício, após a citação, quando não há impugnação e quando o valor do depósito corresponde a 20 ou 30% da dívida.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Segundo o Diretor, no caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, tem sido expedido mandado para o sócio efetuar o

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

pagamento da dívida ou, no mesmo prazo, apresentar defesa. Atualmente, a Juíza Titular está estudando um novo procedimento para o caso.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 09.10.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 23.09.2016, ocasião em que o acervo processual da Vara do Trabalho de Santana do Livramento contava com 527 processos na fase de conhecimento, 39 processos na fase de liquidação, 32 processos na fase de execução e 114 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com Petições Avulsas	4
Processos com pedido liminar ou antecipação de tutela não apreciado	9
Processos com petições não apreciadas	12
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	44
Processos com audiências não designadas	14

Pasta	Quantidade total de Processos	Subpasta	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	32	2016 – mês 10 – 01-15	0020333-47.2016.5.04.0851	09.09.2016
Aguardando Término dos Prazos	42		0020317-93.2016.5.04.0851	16.08.2016
Análise do Conhecimento	68	Dúvidas	0020248-61.2016.5.04.0851	01.07.2016

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Aguardando Cumprimento de Providência –Liq	1		0020072-19.2015.5.04.0851	02.09.2016
Prazos vencidos - Liq	7		0020049-73.2015.5.04.0851	03.09.2016
Aguardando Cumprimento de Providência – Exec	3	Com leiloeiro	0020414-46.2015.5.04.0102	
Prazos Vencidos	4		0020041-62.2016.5.04.0851	10.09.2016

9.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

Para apontamentos específicos quanto à movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 26.08 e 29.08.2016:

1	**Processo nº 0020152-80.2015.5.04.0851**
Fase: Conhecimento **Movimentação Processual:** demora no impulso processual – após a juntada de ofício encaminhado pela Caixa Econômica Federal em 21.07.2016 (ID d83d179), as partes não foram notificadas conforme a determinação preestabelecida na audiência realizada em 17.05 2016 (ID e0d1d13). Processo está na pasta de tarefa *"Aguardando Cumprimento de Providência - 2016- mês 08 - 01-15"* desde 08.07.2016.	
2	**Processo nº 0020078-89.2016.5.04.0851**
Fase: Conhecimento **Movimentação processual:** demora no impulso processual – acordo homologado em audiência realizada em 17.05.2016 (ID 12033d6) nos termos da petição conjunta apresentada pelas partes em 13.05.2016 (ID 1adb2c8), com previsão do pagamento da última parcela em 12.07.2016. Em seguida, houve, apenas, expedição de ofício à Delegacia da Polícia Civil de Santana do Livramento em 22.05.2016 (ID 1239223), segundo o que determinado na referida audiência, sem impulso processual posterior por iniciativa do Juízo verificado até 29.08.2016. Processo está na pasta de tarefa *"Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2016 - mês 07 julho"* desde 28.06.2016.	
3	**Processo nº 0020051-43.2015.5.04.0851**
Fase: Conhecimento	

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Movimentação processual: demora no impulso processual – embargos de declaração opostos pelo reclamante em 02.06.2016 (ID 77d9ebd), com conclusão realizada em 16.06.2016, ainda não apreciado pelo Juízo.

Processo está na pasta de tarefa "Minutar Decisão" desde 16.06.2016.

4	**Processo nº 0020010-76.2015.5.04.0851**

Fase: Liquidação

Movimentação Processual: demora no impulso processual – reclamante apresentou cálculos de liquidação em 30.06.2016 (ID 49c08f9). Em seguida, não houve impulso processual, por iniciativa do Juízo, quanto ao prosseguimento da fase de liquidação.

Processo está na pasta de tarefa *"Prazos vencidos"* desde 08.07.2016.

5	**Processo nº 0020024-26.2016.5.04.0851**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 13.05.2016 (ID 3950916), determinando a notificação do contador para apresentação de cálculos de liquidação, bem como a intimação das partes, sem cumprimento posterior verificado.

Processo está na pasta de tarefa *"Análise de Liquidação"* desde 13.05.2016.

Situação semelhante é identificada nos processos: 0020032-03.2016.5.04.0851, 0020021-71.2016.5.04.0851 e 0020029-48.2016.5.04.0851.

6	**Processo nº 0020052-91.2016.5.04.0851**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso – despacho proferido em 13.07.2016 (ID 4099f6d), determinando a atualização do débito e a citação subsequente, sem cumprimento verificado até 29.08.2016.

Processo está na pasta de tarefa *"Análise de Liquidação"* desde 13.07.2016.

7	**Processo nº 0020011-61.2015.5.04.0851**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo preclusivo em 15.07.2016 (IDs 68b8089 - 634a69f) para ciência das reclamadas acerca dos cálculos de liquidação apresentados pelo reclamante, sem manifestação verificada no processo, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

Processo está na pasta de tarefa *"Análise de Liquidação"* desde 21.07.2016.

8	**Processo nº 0020414-46.2015.5.04.0102**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual - expedida autorização judicial para leilão de bens penhorados em 21.03.2016 (ID ae8b74f), sem movimentação processual verificada até 29.08.2016.
Processo está na pasta de tarefa *"Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - Com Autorização Judicial - Aguardando Leiloeiro"* desde 19.08.2016.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

9	**Processo nº 0020041-96.2015.5.04.0851**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – petição protocolada pelo reclamante em 10.05.2016 (ID 9b716d5), requerendo a execução do acordo descumprido. Em seguida, foi expedida certidão de cálculo em 11.05.2016 (ID ccd44ff), sem movimentação processual posterior verificada no processo até 29.08.2016.

Processo está na pasta de tarefa *"Preparar comunicação - DEBORAH MADRUGA COSTA"* desde 19.08.2016.

10	**Processo nº 0020117-23.2015.5.04.0851**

Fase: Execução – Carta Precatória

Movimentação processual: demora no impulso processual entre expedição de certidão de vencimento de prazo para pagamento ou garantia da execução em 18.02.2016 (ID 6c4021d) e prática do ato subsequente em 15.04.2016 (ID 892d4f3) com a expedição de ofício ao Juízo deprecante. Em seguida, após a efetivação do protocolo Bacenjud em 29.04.2016 (ID d30bdd1), com resultado negativo, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

Processo está na pasta de tarefa *"Análise de Execução - BACEN JUD realizados -aguarda resposta"* desde 18.02.2016.

Segundo o Diretor de Secretaria, o trabalho, na unidade, é dividido por tarefas entre nove servidores.

As audiências são disponibilizadas no sistema e, à exceção de processos envolvendo a Fazenda Pública, todas as ações têm audiência inicial.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correcionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT 08 expedientes relativos à Vara do Trabalho de Santana do Livramento durante o período correcionado: 05 no ano de 2015 e 03 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	**2298/2015**	0027600-03.1998.5.04.0851
	3027/2015	0000167-62.2014.5.04.0851
	4785/2015*	000367-74.2011.5.04.0851
	5631/2015	0000337-68.2013.5.04.0851

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

	5803/2015*	Processo não identificado
2016	**841/2016**	0000185-83.2014.5.04.0851
	1407/2016	0000744.40.2014.5.04.0851

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 751 a 1.000 processos por ano. No período correcionado, seu acervo processual aumentou em percentual superior ao das unidades similares e ao de toda 4ª Região, principalmente nas fases de conhecimento e execução.

Na fase de conhecimento, constata-se que vem aumentando o número de processos pendentes de solução: eram 409 processos em 31.12.2014 e 516 em 31.07.2016, variação significativamente superior a das unidades similares e a do TRT4. A quantidade de processos em execução também aumentou no período: de 702 em 31.12.2014 para 919 em 31.07.2016. A fase de liquidação, contudo, se manteve praticamente estável: 143 em 31.12.2014 e 147 em 31.07.2016.

Os prazos médios de tramitação do processo nas fases de conhecimento (entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença) e liquidação também aumentaram, ainda que o de conhecimento tenha ficado praticamente igual ao prazo geral do TRT em 2016, o que não ocorreu com o de liquidação, o qual foi 46,79% maior que o geral do TRT. Em contrapartida, o prazo médio de tramitação na fase de execução vem diminuindo consideravelmente (62,88% de 2014 para julho de 2016) e até 31.07.2016 foi mais de 40% menor que o prazo das unidades de porte semelhante e o geral do TRT.

O percentual de conciliações nos processos solucionados foi maior que o das varas de porte semelhante e o geral do TRT em 2014 e 2015, mas diminuiu consideravelmente no ano de 2016 (analisado até o final de julho), passando a ser o menor dos três.

Conforme consulta ao sistema RH, a unidade está com a lotação completa e há pouca rotatividade de servidores. Conta com um estagiário o qual, segundo o diretor, é suficiente para dar o apoio necessário à secretaria. Relatou, ainda, o diretor que a jurisdição abrange extensa área rural e por essa razão seria indicada a lotação de mais um oficial de justiça; contava com dois oficiais na unidade mas desde 23.09.16 está com apenas um no quadro.

O trabalho é realizado por tarefa, tanto nos processos físicos como nos eletrônicos. A unidade organiza suas rotinas de forma bem particular: nas segundas, terças e quartas-feiras os servidores trabalham nos processos físicos; nas quintas e sextas-feiras, no PJE.

Constatou-se, na inspeção, que há processos em carga com a Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional por prazo demasiadamente longo, nos quais excedida a carga. Afirmou o diretor se tratarem Títulos Executivos Extrajudiciais nos quais decorreu o prazo de suspensão e nos quais foi aberto novo prazo para manifestação do exequente (União); segundo ele, são casos em que a execução é difícil, com devedores sem patrimônio e/ou sem endereço. Informou que fez a cobrança por telefone várias vezes, mas ainda não houve determinação de busca e apreensão.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Na análise da listagem de processos parados, foram encontrados vários processos com andamento de PRAZO e a observação de "expediente administrativo" da reclamada. Explicou o Diretor que a unidade reproduziu o procedimento da Vara de Bagé no caso da Urcamp, em que houve o pagamento de muitos processos sem sua reunião formal mas por meio da criação de um processo fictício com os registros da execução mais antiga. Houve **expediente administrativo** em relação à Santa Casa de Misericórdia de Sant'Ana do Livramento, à Fundação Hospital de Caridade de Quaraí e à Urcamp.

Relatou o Diretor que a CEF e o Ministério do Trabalho da cidade não fazem uso das informações das reclamatórias enviadas por ofício pela Vara e que o INSS também não faz uso da Listagem de Acordos e Execuções com recolhimento ao INSS gerada pelo sistema inFOR.

Requereu que fosse viabilizado o envio de processos para o depósito centralizado, tendo em vista que a última remessa da unidade ocorreu em 2015.

Os dados colhidos para a realização da inspeção correcional demonstram que a pauta não é realizada todas as semanas, mas em semanas alternadas: a cada 15 dias são feitas audiências em três dias na semana, nos turnos da manhã e da tarde. O formato da pauta concentrada em três dias inteiros, uma semana sim e uma não, dificulta o acesso ao juízo, visto que a magistrada, quando se encontra na unidade, está sempre em audiência.

O fato de o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento (prazo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença) estar aumentado consideravelmente desde o ano de 2014, e que o número de processos pendentes de solução nesse mesmo período também aumentou sensivelmente, recomenda-se que sejam realizadas pautas de audiências semanais e não mais quinzenais.

Registra-se, ainda, haver impedimento da Juíza Titular em alguns processos. Há pautas de impedimento designadas pela corregedoria mas, segundo relato do Diretor, há certa dificuldade com os processos que se encontram na fase de execução e que precisam de despacho em razão da sua pouca frequência. No período correcionado houve designação de apenas 03 pautas de impedimento (06.03.15, 28.08.15 e 09.08.16) e havia mais uma prevista para o dia 25.11.16.

Por fim, se pode verificar na inspeção as excelentes instalações da unidade, o bom aproveitamento do espaço físico, a organização dos arquivos e a disposição das mesas.

A boa condução dos trabalhos pelo Diretor de Secretaria Laércio Rodrigues Bandeira é digna de elogio, assim como o grande comprometimento dos servidores para com o desenvolvimento das atividades na Unidade.

13 RECOMENDAÇÕES

13.1 SECRETARIA

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 foi cumprida (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 foi cumprida (item 5.1.5).

ITEM 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade adote as providências necessárias para designação da audiência inicial, observando que não excedido o lapso de 40 dias.

ITEM 9.1 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

a) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido.

b) transcorrido o prazo para manifestação das partes, realize, com a maior brevidade possível, a conclusão para o subsequente impulso processual por iniciativa do Juízo, em especial, nos processos que estão em fase de liquidação de sentença;

c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais, em especial, no que concerne ao lançamento da conta e citação do executado, logo após, a decisão de homologação dos cálculos de liquidação;

d) observe a necessidade da efetivação, com brevidade, do impulso oficial necessário ao célere andamento da fase de execução, como forma de evitar a ocorrência das situações identificadas nos processos n. 0020041-96.2015.5.04.0851 e 0020117-23.2015.5.04.0851;

13.2 MAGISTRADOS

Recomenda-se que a Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi realize sessões de audiências em, no mínimo, três dias úteis por semana, em analogia ao que dispõe o artigo 19, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e artigo 3º, inciso II, da Resolução Administrativa n. 10/2013.

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção do pedido de Antecipação de tutela no processo nº **0000574-34.2015.5.04.0851**;

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos Embargos à execução opostos no processo nº **0000610-52.2010.5.04.0851**.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se, ainda, sejam expedidas notificações de cobrança de autos à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional, nos processos em carga desde 26.05.2015. Não sendo devolvidos, determina-se a expedição dos competentes mandados de busca e apreensão.

ITEM 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam certificadas nos autos as diligências efetuadas, bem como registrado no sistema informatizado a dilação do prazo para cumprimento.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCR. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência;

b) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;

c) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;

d) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;

e) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

f) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;

g) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no processo nº **0000017-81.2014.5.04.0851.**

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 591 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como o de nº **0140300-04.2007.5.04.0851**, dentre outros;

b) registre o andamento específico no inFOr nos processos de nº **0000367-35.2015.5.04.0851, 0016100-22.2007.5.04.0851**;

c) arquive processos como os de nº **0000445-29.2015.5.04.0851, 0000447-96.2015.5.04.0851, 0000446-14.2015.5.04.0851**, dentre outros;

d) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº **0000302-79.2011.5.04.0851, 0044600-35.2006.5.04.0851, 0000566-28.2013.5.04.0851 e 7014000-24.1997.5.04.0851**, dentre outros;

e) aprecie as petições pendentes de análise no processo de **nº 0000152-93.2014.5.04.0851.**

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que as Juízas Déborah Madruga Costa Lunardi e Jaqueline Maria Menta, profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias da data da correição, listados ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

As Juízas deverão informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, **caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

Na data da publicação deste relatório, não remanescem pendências apontadas no item 6.9, em relação à Juíza Sheila dos Reis Mondin Engel. Nada a determinar, portanto.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

As Juízas Déborah Madruga Costa Lunardi e Jaqueline Maria Menta deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

16 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular Déborah Madruga Costa Lunardi, com o Diretor de Secretaria Laercio Rodrigues Bandeira e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara Trabalho de Santana do Livramento, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceu a representante da Seccional da OAB de Santana do Livramento.

17 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Déborah Madruga Costa Lunardi, pelo Diretor de Secretaria Laercio Rodrigues Bandeira e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi – Processos de Cognição (74 processos)

0000466-39.2014.5.04.0851
0000648-88.2015.5.04.0851
0000059-96.2015.5.04.0851
0000562-20.2015.5.04.0851
0000632-37.2015.5.04.0851
0000639-29.2015.5.04.0851
0000640-14.2015.5.04.0851
0000641-96.2015.5.04.0851
0000642-81.2015.5.04.0851
0000643-66.2015.5.04.0851
0000644-51.2015.5.04.0851
0000645-36.2015.5.04.0851
0000646-21.2015.5.04.0851
0000647-06.2015.5.04.0851
0000373-42.2015.5.04.0851
0000661-87.2015.5.04.0851
0000682-63.2015.5.04.0851
0000683-48.2015.5.04.0851
0000556-13.2015.5.04.0851
0000695-62.2015.5.04.0851
0000032-16.2015.5.04.0851
0000232-23.2015.5.04.0851
0000885-59.2014.5.04.0851
0000802-43.2014.5.04.0851
0000181-12.2015.5.04.0851
0000592-89.2014.5.04.0851
0000142-49.2014.5.04.0851
0000283-34.2015.5.04.0851
0000291-11.2015.5.04.0851
0000140-79.2014.5.04.0851
0000141-64.2014.5.04.0851
0000846-62.2014.5.04.0851
0020000-32.2015.5.04.0851
0020026-30.2015.5.04.0851
0020040-14.2015.5.04.0851
0020059-83.2016.5.04.0851

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

0020142-36.2015.5.04.0851
0020086-03.2015.5.04.0851
0020147-58.2015.5.04.0851
0020085-18.2015.5.04.0851
0020190-58.2016.5.04.0851
0020028-97.2015.5.04.0851
0020008-72.2016.5.04.0851
0020006-05.2016.5.04.0851
0020007-87.2016.5.04.0851
0020002-65.2016.5.04.0851
0020005-20.2016.5.04.0851
0020004-35.2016.5.04.0851
0020091-25.2015.5.04.0851
0020079-11.2015.5.04.0851
0020102-20.2016.5.04.0851
0020101-35.2016.5.04.0851
0020098-80.2016.5.04.0851
0020038-10.2016.5.04.0851
0020151-95.2015.5.04.0851
0020100-50.2016.5.04.0851
0020122-45.2015.5.04.0851
0020091-88.2016.5.04.0851
0020116-38.2015.5.04.0851
0020014-16.2015.5.04.0851
0020166-30.2016.5.04.0851
0020200-05.2016.5.04.0851
0020215-71.2016.5.04.0851
0020150-13.2015.5.04.0851
0020060-68.2016.5.04.0851
0020033-85.2016.5.04.0851
0020119-90.2015.5.04.0851
0020034-70.2016.5.04.0851
0020097-95.2016.5.04.0851
0020219-11.2016.5.04.0851
0020182-81.2016.5.04.0851
0020185-36.2016.5.04.0851
0020153-31.2016.5.04.0851
0020026-93.2016.5.04.0851

Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi – Embargos de declaração (5 processos)

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6

0000793-52.2012.5.04.0851

0000040-90.2015.5.04.0851

0000308-47.2015.5.04.0851

0057200-54.2007.5.04.0851

0000376-94.2015.5.04.0851

Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi - Impugnações à sentença de liquidação (1 processo)

0000395-76.2010.5.04.0851

Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi - Embargos à execução (2 processos)

0000395-76.2010.5.04.0851

0000189-57.2013.5.04.0851

Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi - Exceções de Pré-executividade (1 processo)

0031900-56.2008.5.04.0851

Juíza Déborah Madruga Costa Lunardi - Exceções de incompetência (1 processo)

0020217-41.2016.5.04.0851

Juíza Jaqueline Maria Menta – Processos de Cognição (7 processos)

0000444-78.2014.5.04.0851

0000635-89.2015.5.04.0851

0000741-85.2014.5.04.0851

0000580-41.2015.5.04.0851

0000586-48.2015.5.04.0851

0000610-76.2015.5.04.0851

0000804-13.2014.5.04.0851

Total: 92 processos

Documento digitalmente assinado em 20/12/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0005325-61.2016.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.11979.63385.22841.08424-6